

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS CURSOS DO UNIFAGOC

**MARTINS, Pricila Fernanda¹ ; MEIRELES, Gabriela Silveira² ; ARAÚJO, Ludmilla Carneiro³ ;
CARMO, Amanda Juliana do⁴ ; PEREIRA, Ana Amélia de Souza⁵**



gabriela.meireles@unifagoc.edu.br
ludmilla.araujo@unifagoc.edu.br
amanda.carmo@unifagoc.edu.br
ana.amelia@unifagoc.edu.br

¹ Graduação Pedagogia - UNIFAGOC

² Docente Pedagogia - UNIFAGOC

³ Docente Pedagogia - UNIFAGOC

⁴ Docente Pedagogia - UNIFAGOC

⁵ Docente Pedagogia - UNIFAGOC

RESUMO

Este trabalho buscou abordar a temática das relações de gênero no contexto do ensino superior, mais especificamente a questão da representatividade feminina entre os/as estudantes. O objetivo principal foi identificar e analisar as formas de representatividade feminina nos diferentes cursos do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC). O referencial teórico buscou conhecer a trajetória de luta das mulheres no Brasil e os impactos dessa luta na escolha profissional e no desempenho acadêmico/universitário dos/as alunos/as de graduação. A pesquisa realizada foi do tipo básica e descritiva, dentro da abordagem qualitativa, contando também com as contribuições da pesquisa bibliográfica. A investigação ocorreu por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas e os dados foram tratados com base na Análise do Discurso. Concluiu-se, a partir dos dados obtidos, que as mulheres estão mais seguras de suas conquistas, mas que ainda falta representatividade em determinados cursos. Dentre os resultados encontrados, destaca-se o fato de que as mulheres ainda enfrentam no contexto universitário situações de preconceito e violência relacionados às questões de gênero. Observou-se, ainda, que a maioria dos/as alunos/as reconhece a importância da luta das mulheres no contexto universitário e demonstrou interesse em engajar-se em coletivos com debates/pautas feministas no UNIFAGOC.

Palavras-chave: Representatividade feminina. Relações de gênero. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Ter acesso à educação no Brasil é um privilégio. Concluir o Ensino Médio, fazer um curso superior e concluir uma pós-graduação é uma realidade ainda distante para muitas pessoas. Tal situação é maximizada quando se trata da representação feminina na sociedade. Vale destacar que se vive em um mundo que ainda é dominado por homens e que ainda hierarquiza e divide o público masculino e o público feminino, concedendo aos primeiros certos privilégios e garantias de direitos que são negados às mulheres.

Tudo isso indica a necessidade de se falar sobre as desigualdades de gênero nas faculdades e universidades brasileiras, considerando-se a capacidade pensante desse grupo de sujeitos que frequentam esse segmento de ensino. O presente trabalho teve,

pois, a intenção de suscitar a reflexão acerca de a importância da mulher estar cada vez mais presente no ambiente acadêmico e assim acabar com a sensação de não pertencimento que muitas sentem ao ingressarem no nível superior. Esta pesquisa teve como objetivo, portanto, identificar e analisar as formas de representatividade feminina nos diferentes cursos do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC). A questão de pesquisa que norteará este estudo será a seguinte: existem diferenças nos níveis de representatividade feminina nos diferentes cursos do UNIFAGOC? Com isso, foi ressaltada a necessidade de se romper com as divisões de gênero presentes no âmbito universitário e compreender as principais motivações e dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao realizarem diferentes cursos de graduação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A História do Feminismo no Brasil

O feminismo no Brasil surgiu no século XIX com a luta pelo direito à educação das mulheres, pelo direito ao voto e contra a abolição da escravatura (BEZERRA, 2011). A condição da mulher brasileira, principalmente as negras, acompanhou as desigualdades sociais e econômicas do país durante o período escravocrata, de modo que ela era oprimida e suas funções restritas ao trabalho braçal obrigatório, além de apanhar e sofrer diversos tipos de abuso, dentre eles o abuso sexual. Segundo Teles (1993, p. 9), falar da mulher nesse tempo é “deixar-se extravasar” e incomodar, pois até hoje “as mulheres ainda são perseguidas pelo simples fato de querer igualdade”.

Em 1917, a luta das mulheres pela emancipação cidadã ganha força, e elas passam a reivindicar seu direito ao trabalho (CHAGAS, 2016). Nesse contexto, elas lutam pela regularização do trabalho em uma jornada de 8 horas diárias e pela abolição do trabalho noturno. O feminismo, então, torna-se um espaço de reivindicação das mulheres do século XX, junto do qual se deu a ressignificação da subjetividade e das inter-relações sociais que deram início à renegociação das necessidades práticas e dos interesses estratégicos das mulheres (CHAGAS, 2016).

Em 1932, no governo do Getúlio Vargas, a mulher finalmente adquire o direito de votar e ser votada, embora ainda tivessem dificuldades em lançar suas candidaturas (BEZERRA, 2011). Durante esse período ditatorial e de regime militar, as mulheres acabaram perdendo um pouco a força, mas, ainda assim, obtiveram conquistas importantes, como a lei do divórcio e a criação do Dia Internacional da Mulher (BEZERRA, 2011). Nesse momento, contudo, o cenário brasileiro era diferente do quadro mundial. A ditadura no país tornou as lutas sociais e também feministas articuladas a uma dimensão - a da demanda pela democracia (BEZERRA, 2011). Com isso, o movimento de mulheres passou a englobar outras esferas de manifestação, tais como a luta contra a carestia ¹, o

¹ Carestia significa a falta de bens essenciais à sobrevivência ou a escassez de um produto em específico

movimento das mães pela liberdade, entre outros.

As “ondas” do feminismo e suas principais reivindicações

Para situar a movimentação política decorrente do feminismo no período identificado como “primeira onda”, vale destacar a atuação das sufragistas na Inglaterra, que incluiu a realização de grandes manifestações e greves de fome em defesa da igualdade entre homens e mulheres quanto aos direitos políticos (MARTINS, 2015). Segundo Pinto (2010), “no Brasil, a “primeira onda” do feminismo acompanhou a tendência europeia de exigir direitos políticos e trabalhistas nas primeiras décadas do século XX. Lideradas por Bertha Lutz, bióloga e destacada cientista, as sufragistas brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932. Nesse contexto, as operárias de ideologia anarquista se organizaram para ampliar os direitos das trabalhadoras de indústrias têxteis brasileiras. Esse feminismo inicial presente nos diferentes países se arrefeceu no Brasil entre os anos de 1930 e 1960” (PINTO, 2010).

Na década de 1960, surge a “segunda onda” do feminismo, em que o enfoque passou a ser a diferenciação de gênero e a desigualdade entre homens e mulheres, além de apresentar algumas reivindicações relativas à sexualidade, à luta no mercado de trabalho e aos direitos reprodutivos (MARTINS, 2015). Em 1968, o momento figurativo da queima dos sutiãs foi uma manifestação relevante para a história do movimento, tendo como foco a busca pela desconstrução do estereótipo de mulher divulgado socialmente, em que o corpo era visto como “tudo o que as mulheres tinham” (CLUBE DO BORDADO, 2018). Esse período também foi marcado pela liberação sexual, pelo surgimento da pílula anticoncepcional e pelos movimentos dos direitos civis.

A “terceira onda” do feminismo produziu uma implosão da definição da mulher focada nas semelhanças e não nas diferenças, entrando em pauta discussões sobre o preconceito, o racismo e a lesbofobia², pluralizando as reivindicações (SIQUEIRA, 2015). Na “terceira onda”, a luta pela construção de uma identidade de gênero continuou forte, o que favoreceu a formulação de um projeto político mais amplo, com repercussões sociais (SIQUEIRA, 2015). É por esse motivo que a categoria “mulher” e a especificidade feminina permanecem sendo manejadas como táticas políticas capazes de fazer frente à suposta dissipaçāo da mulher (e do feminismo) dentro da diferença defendida por teóricos pós-estruturalistas (SIQUEIRA, 2015). Foi na “terceira onda” que o feminismo negro surgiu, para demonstrar que o feminismo tradicional tratava como padrão o conjunto de experiências de uma determinada categoria de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, desconsiderando a realidade de qualquer outro subgrupo que nele não estivesse encaixado, em uma organização vertical (MARTINS, 2015).

(Dicionário Online de Português).

² Lesbofobia é a repulsa ou o preconceito contra a homossexualidade feminina ou as mulheres lésbicas.

O feminismo e a representatividade feminina no contexto universitário

A trajetória das mulheres no contexto universitário, principalmente no Brasil, começa um pouco tardia. A entrada das mulheres nas universidades começou primeiramente nos Estados Unidos, no ano de 1837, com a criação de uma universidade exclusiva para mulheres (MARINHO, 2014). A maioria dos cursos oferecidos dispunham apenas do Bacharelado e poucos ofereciam cursos a nível de Mestrado.

Na década de 1990, com o aumento da escolarização feminina e da estabilização democrática do país, as mulheres passaram a exigir maior participação na vida pública, mesmo que fosse através das chamadas “leis de discriminação positiva”, as quais obrigavam os partidos a garantirem cotas de 30% de mulheres candidatas ao legislativo (VELASCO; OLIVEIRA, 2018).

De todo modo, ainda tínhamos uma participação limitada das mulheres nos cursos superiores. Assim, a participação das mulheres na educação evidenciava a existência de uma democracia “com pesos variáveis” para homens e mulheres, inclusive com “funções delimitadas por leis e disposições regimentais” (LAVALLE, 2011, p.33). O resultado disso foi que a questão da desigualdade de gênero enraizou-se na própria academia, em suas esferas mais qualificadas (LAVALLE, 2011).

A realidade e a presença das mulheres no ensino superior

Os cursos superiores propriamente ditos começaram a ser instalados no Brasil a partir de 1808, com a chegada de D. João VI. Surgiram, então, os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817 e o Curso de Desenho Técnico (1818) (SAVIANI, 2010).

Em se tratando da presença das mulheres no ensino superior, nota-se que, por mais que haja uma ampliação do espaço ocupado por elas, ainda existe uma relação desigual em comparação com os homens, visto que até hoje se observam certos privilégios destes no meio profissional. Estima-se que a maior representatividade das mulheres no contexto acadêmico esteja voltada para a área de humanas. Isso evidencia que há, sim, espaços considerados apropriados para as mulheres, os quais geralmente se relacionam às ações de educação e de cuidado, sugerindo uma “suposta inferioridade” dessas funções em relação às demais, o que mais uma vez anuncia a sua “posição desigual na sociedade” (CRUZ, 2006, p.141).

Hoje sabe-se que as mulheres são a maioria no ensino superior brasileiro. É isso o que mostra o Censo da Educação Superior, realizado em 2018 e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2018). Contudo, mesmo observando-se esses resultados positivos, ainda existe na sociedade a presença da discriminação

feminina no que se refere aos postos de trabalho, principalmente em relação às áreas de exatas e de tecnologias (BARRETO, 2014). Além disso, vale destacar que os processos de exclusão são mais intensos quando se trata das mulheres negras, que se encontram em um patamar ainda mais inferior do que as mulheres brancas no meio universitário (QUEIROZ, 2013).

As principais motivações para a escolha do curso superior

A adolescência é a fase da vida na qual fazemos as nossas escolhas profissionais. Tais escolhas geralmente se baseiam em motivações diversas, mas que também ocorrem dentro de um contexto cultural específico. É claro que a influência dos pais ou da família é importante, mas é preciso considerar que o prestígio de cada profissão também é levado em conta (MARTINS, 2015).

Dentro dessa lógica, as profissões consideradas “femininas” são as menos valorizadas ou mais mal remuneradas, além de estarem relacionadas às funções de educação e cuidado, que comumente partem da premissa de que as mulheres nasceram para ser “do lar” ou cuidar dos filhos (MARTINS, 2015). De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2017), somando-se as horas dedicadas à atividade doméstica aos cuidados com família e à ocupação fora do lar, as mulheres trabalham mais do que os homens, com uma carga horária média que ultrapassa 54 horas semanais, enquanto os homens trabalham, em média, 51,5 horas semanais.

Além disso, há o fator social que comumente contribui para a escolha do curso superior, que torna ainda mais explícita a disparidade de gênero em determinadas áreas específicas. Isso mostra que foram construídas crenças de que pessoas pertencentes a cada um dos sexos deveriam ocupar lugares sociais predeterminados, o que parte geralmente de um “condicionamento do corpo biológico” (ALMEIDA; ZAPATER, 2013, p. 101).

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a do tipo básica e descritiva, tendo também se utilizado da pesquisa bibliográfica. O estudo aqui em questão pode, ainda, ser caracterizado como uma pesquisa de campo, uma vez que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada (GONSALVES, 2001, p. 67). Na pesquisa de campo, faz-se indispensável “a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo” (FLICK, 2009, p. 25). Esta pesquisa é também do tipo qualiquanti, a qual se utilizou das metodologias quantitativa e qualitativa ao mesmo tempo. Elas devem, pois, ser encaradas como complementares, em vez de mutuamente concorrentes (MALHOTRA, 2001).

Os dados nesta pesquisa foram obtidos por meio de dois instrumentos: o questionário padronizado com questões fechadas, que contou com a resposta de 100 estudantes ³; e a entrevista semiestruturada, que contou com a participação de 7 estudantes, conforme o curso de graduação em que estão matriculados, sendo 3 de cursos de humanas, 2 de cursos de saúde e 2 de cursos de exatas. A primeira etapa da pesquisa foi realizada por meio de um questionário através do Google Forms. Esse questionário foi divulgado para os/as alunos/as através dos/as diretoras/as de curso, com início da divulgação no dia 06/08/2020 e finalização no dia 25/08/2020. Já para as entrevistas, foram convidados/as a participar e responder às perguntas um/a ou dois/duas alunos/as de cada curso, mas não houve o retorno de representantes de todos os cursos ⁴.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível constatar através desta pesquisa, após a análise dos resultados obtidos por meio de questionários e entrevistas, que a maioria dos sujeitos da pesquisa eram mulheres, com 90% mulheres e 10% homens. Ficou a cargo dos/as participantes adotar nomes fictícios ou não adotar nome algum, de modo que houve uma preocupação ética de assegurar o sigilo das identidades dos sujeitos pesquisados. Analisando a idade dos participantes, notou-se que variaram de 18 a 33 anos, sendo que a faixa etária de idade que prevaleceu foi a de 17 a 21 anos, que contou com 23% do número de participantes. Todos/as os/as estudantes revelaram ser moradores da cidade de Ubá ou de cidades vizinhas.

Os/as estudantes que mais responderam ao questionário foram os/as da área de saúde, com 57% e, em segundo lugar, os/as dos cursos de Humanas, com 24 %. Os respondentes dos cursos de Exatas corresponderam a 13% dos participantes e 9% responderam que seu curso pertencia a outras áreas, as quais não foram especificadas. Outro dado interessante percebido foi que o curso de Pedagogia se destacou por ter uma maioria esmagadora de estudantes mulheres (143 mulheres), com apenas 8 estudantes homens em todo o curso. Em contrapartida, no curso de Ciência da Computação, o resultado foi inverso (91 homens e apenas 7 mulheres). Em relação à raça/cor dos/as participantes, viu-se que 62% dos/as respondentes se declararam brancos, 28% se declararam pardos, 10% se declararam negros e 1% marcou a opção “Outra”.

3 Considerando-se que o UNIFAGOC possui hoje em torno de 2.425 alunos/as na graduação, divididos/as em 13 cursos (esses dados foram fornecidos pela Secretaria Acadêmica no mês de maio/2020), o número de alunos/as que colaboraram com esta pesquisa foi de aproximadamente 4% do total de alunos/as da instituição.

4 Em função da pandemia do COVID-19, as entrevistas foram realizadas por meio da gravação de áudios, via WhatsApp. Cada pergunta era enviada separadamente e o/a entrevistado/a respondia no tempo de cada um/a. Na sequência, as outras perguntas eram feitas e respondidas. Ao final, as entrevistas foram todas transcritas e posteriormente analisadas. Vale destacar que os nomes dos/as entrevistados/as foram substituídos por nomes fictícios, para garantir o anonimato dos/as participantes da pesquisa.

Quando indagados se o curso que estavam realizando havia sido a sua primeira escolha ou opção no vestibular, 59% afirmaram afirmativamente. Os demais 41% disseram que não havia sido a primeira escolha⁵. Sobre acharem que a escolha do curso teria ou não a ver com fato de ser mulher ou homem, 17% afirmaram que sim, que essa escolha tem a ver com o sexo biológico. Já 86% dos/as participantes acreditam que a escolha profissional não tem a ver com o sexo do nascimento. Sobre esse aspecto, os/as entrevistados demonstraram não terem desistido dos seus sonhos. Muitos/as afirmaram que, por mais que a luta tenha sido grande para ingressar em um curso superior, a vitória valeu a pena e a escolha do curso acabou por garantir uma certa independência, sendo um processo libertador para esses/as jovens. É isso que mostra a fala de uma das entrevistadas: Bom, eu estava em uma situação onde eu tinha sido expulsa de casa. Foi onde achei que deveria fazer uma faculdade (ANA, aluna do 8º período do curso de Psicologia).

Em relação a sentirem-se representadas nos cursos que escolheram, aqui tratando-se das participantes mulheres, 80% consideraram-se representadas em seus cursos, contra 9% que disseram não se sentirem representadas. Foi perguntado também se alguém já teria presenciado práticas sexistas (de discriminação por gênero) em seu curso ou dentro da faculdade. Verificou-se que 62% disseram que não e 39% disseram que já haviam presenciado situações desse tipo. Sobre terem sofrido algum preconceito em relação à escolha do curso, por parte de familiares, amigos/as ou namorados/as, 68% disseram não ter sofrido nenhum preconceito e 33% afirmaram que sim, que haviam sofrido algum tipo de preconceito pela escolha do curso.

Uma das entrevistadas relatou o preconceito vivido por parte do seu companheiro em relação à escolha do curso juntamente com a questão do gênero: Então, por parte da família e amigos eu sempre tive muito apoio, minha mãe dizia que era uma área muito boa. Mas na época eu namorava e o que aconteceu foi que eu sofri preconceito pelo meu namorado. Quando falei que ia entrar, tivemos muita discussão porque ele era meio abusivo e tive vários problemas. É muito difícil falar sobre isso. Teve muita discussão porque era uma área com muitos homens (STELLA, aluna do 4º período do curso de Ciências da Computação).

Quando perguntados se alguma vez já haviam se sentido inferiorizados/as em sua turma ou curso por serem homens ou mulheres, 85% afirmaram que não e 16% disseram que já se sentiram inferiorizados por fazerem parte de uma minoria (feminina ou masculina) em seu curso. Uma das entrevistadas disse: Bom, eu não me sinto muito representada porque a maioria é homem. Não vejo no meu cotidiano mulheres, apesar de na história ter mulheres que fizeram coisas incríveis e que tem seu nome marcado na computação (STELLA, aluna do 4º período do curso de Ciências da Computação). Uma outra aluna destacou um ponto discriminatório ao falar do título conferido pelo curso:

5 Notou-se que muitos tinham vontade de fazer outros cursos, mas que, por questões financeiras optaram por outros cursos. Contudo, também se percebeu que, após o ingresso no atual curso, passaram a se interessar pelos mesmos e agora se sentem satisfeitos com ele.

Bom, na Psicologia, a gente tem o machismo um pouco instaurado, porque quando eles entregam o diploma pra gente está escrito Psicólogo. Mesmo que você seja uma mulher, não vem Psicóloga (ANA, aluna do 8º período do curso de Psicologia).

Ainda sobre essa questão do sexismo, quando indagados/as se já haviam presenciado alguma prática sexista dentro da sala de aula ou em outros locais da faculdade, a discriminação por gênero foi percebida em diferentes situações. Uma das entrevistadas apontou a exclusão por ela sofrida nos grupos de trabalho em sala de aula: Então, já passei sim, quando entrei na faculdade, no primeiro período, no sistema INOVA⁶. Teve várias vezes que a gente fazia trabalho em colmeia e sempre eram quatro meninos e nunca me pediam ajuda ou opinião. Podiam estar em dúvida, mas nenhum dos meninos me pedia ajuda. Pediam ajuda aos outros meninos, mas ninguém falava comigo. Aí nos outros trabalhos saí dessa colmeia, porque parecia que a minha opinião não valia, se eu sabia ou não, não importava (STELLA, aluna do 4º período do curso de Ciências da Computação). Essa ideia da inferioridade feminina com relação à sua capacidade de raciocinar, sendo desmerecida em relação ao homem, é reforçada por Walkerdine (1995). Outro aluno destacou a discriminação de gênero nas brincadeiras e piadinhas: Há algumas, sim, apesar de ser sempre nas brincadeiras. Na maioria das vezes, tem umas brincadeiras um pouco machistas sim (GREGÓRIO, aluno do 8º período do curso de Educação Física).

Uma outra situação destacada foi a da discriminação com as pessoas homoafetivas: Uma vez, uma pessoa mandou no grupo da faculdade uma piada, falando que os torcedores do São Paulo são veados, homossexuais... Não sei, alguma coisa assim... desse cunho, sabe? E eu fiquei muito brava e comecei a falar com a pessoa que tinha mandando essa piada no grupo da faculdade, falando que não era piada para se fazer ali e se queria ser machista que fosse no meio dele, lá com os amigos e tal (...) e várias pessoas começaram a defender o cara (ANA, aluna do 8º período do curso de Psicologia). Outra situação discriminatória relativa ao gênero foi observada também na fala da mesma aluna, quando comentou que sua vez na fila foi ignorada pelo fato de ela ser mulher: Teve uma situação que era para fazer uma fila e, quando chegou a minha vez, um aluno se levantou e passou na minha frente. Eu disse: Pô, está tendo uma fila! E ele falou: Não vem cantar de galo pra cima de mim não! (ANA, aluna do 8º período do curso de Psicologia). Sobre isso, Calligaris (2019, p. 10) comenta que é comum presenciar situações sociais nas quais "a mulher precisa se impor, precisa mostrar seu lugar".

De um modo geral, todos/as os/as participantes concordaram que existe sim a predominância de mulheres em alguns cursos e de homens em outros. Do mesmo modo, quando indagados se acreditavam que haveria uma desigualdade social entre homens e mulheres, 92% afirmaram que sim e 9%, que não. É curioso notar que, entre essa

6 INOVA é o nome dado à metodologia de ensino adotada no Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC), localizado na cidade de Ubá/MG. Ela se configura a partir do ensino híbrido e envolve práticas de metodologias ativas, que invertem a lógica dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, os/as alunos/as têm acesso aos conteúdos antes das aulas e em sala de aula se organizam em grupos ou colmeias em sala de aula.

minoria que acha que não, todos eram participantes homens. Estes valores são referentes aos números da instituição ou da pesquisa. Porque se for da instituição poderiam ser colocados no início, facilita a interpretação do leitor.

Outra questão abordada no questionário foi se concordavam que haveria diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo de trabalho. Entre os respondentes, 74% disseram que sim e 27% afirmaram que não há diferença. Um dos entrevistados falou sobre a jornada dupla, e às vezes tripla, das mulheres, o que gera uma desigualdade: Então, a desigualdade salarial é enorme na maioria das vezes, pois a jornada de trabalho da mulher termina, mas sempre há muito serviço quando ela chega em casa (GREGORIO, aluno do 8º período do curso de Educação Física). Ao se posicionarem contrariamente à desigualdade salarial entre homens e mulheres, os/as entrevistados disseram: Na minha opinião, eu acho que essa desigualdade não deveria ter. Homem e mulher, na mesma posição, eu acho teriam que ganhar igual (...) essa desigualdade tem que acabar (LUNA, aluna do 2º período do curso de Odontologia); Acho um absurdo, pois não tem por que existir essa diferença. A gente acaba fazendo trabalho melhor que os homens, pegando uma carga horária maior (...) e não é recompensada (ANA, aluna do 8º período de Psicologia); Acho um desrespeito, pois a mulher, além de trabalhar fora, quando chega em casa, tem que dar conta de tudo (ELIS, aluna do 8º período do curso de Psicologia). Ainda em relação a isso, é possível afirmar, com base nos dados do Censo de 2010, que, mesmo quando homens e mulheres possuem características em comum (idade, formação educacional, ocupação, número de horas trabalhadas, região geográfica e raça), elas ainda ganham em média 35% a menos do que eles. Ou seja, ganham menos pelo simples fato de serem mulheres (GALVÃO, 2016). Kergoat (2009), ao fazer suas reflexões teóricas, reforça, ainda, que há sim uma divisão social no trabalho pautada nos sexos, a qual ela define como “divisão sexual do trabalho”.

Foi perguntado também se acreditavam que a mulher, por ter dupla ou tripla jornada de trabalho, além dos estudos, tende a ter um rendimento acadêmico pior do que os homens. A resposta predominante foi que não (60%), contra 40%, que concordaram que o rendimento acadêmico pode sim ser influenciado pelas várias jornadas de trabalho que as mulheres assumem. Segundo Louro (1997), a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico. Essa autora destaca, ainda, que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, tampouco gerou uma ruptura na estrutura patriarcal (MELO, 2005, p.4). Isso acabou por sobrecarregar as mulheres. Todavia, quando levados a se posicionar sobre a importância da luta das mulheres por direitos iguais e por espaço social, houve unanimidade entre os/as participantes ao afirmar que sim, que essa luta é legítima e necessária.

Em uma pergunta especificamente voltada às mulheres, foi indagado se elas já haviam se sentido inferiorizadas na faculdade por qualquer motivo; 66% das respondentes disseram não ter se sentido dessa maneira, mas 24% afirmaram que já se sentiram inferiorizadas nesse contexto acadêmico. Outros 10% não responderam a essa pergunta,

porque eram homens. Sobre os espaços de luta feminista, os/as estudantes demonstraram apoiar ou considerar legítima essa luta. Entre os espaços de luta indicados na pergunta, prevaleceram os Grupos de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência (91%), seguidos dos Grupos de Estudos Feministas (46 %), pelas Paradas LGBTTQI (45%), pelas colunas na imprensa (44%), pelos coletivos femininos (40%), pelos movimentos populares ou de rua (36%). Além dessas, 27% disseram que existem ainda outras formas de luta. Vale ressaltar que nessa pergunta um/a mesmo/a participante poderia marcar mais de uma opção de resposta.

Foi perguntado, ainda, se já tinham presenciado alguma prática homofóbica ou lesbofóbica (violência física ou verbal contra gays ou lésbicas) em seu curso ou faculdade. Dentre os/as participantes, 77 % afirmaram que nunca presenciaram e 24% disseram que já tinham presenciado alguma prática desse tipo. Além disso, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 apontou 73% dos/as estudantes LGBTQI já relataram terem sido agredidos/as verbalmente e outro 36% fisicamente. Com isso, percebeu-se que a intolerância sobre a sexualidade levou 58,9% dos alunos que sofriam agressão verbal faltarem às aulas constantemente.

As mulheres foram também indagadas se já haviam sido vítimas de alguma agressão (física ou verbal) por serem mulheres e 55% afirmaram que sim, que já haviam sofrido algum tipo de agressão; outros 35% das mulheres declararam não ter sofrido nenhuma agressão. Os/As demais 10% eram homens e não responderam a essa pergunta.

Quando se perguntou se concordavam que as mulheres precisam de direitos específicos, como a licença-maternidade, licença para acompanhamento dos/as filhos/as em consultas médicas ou internações, 98% consideraram que sim e apenas 2% acharam que não. Entre os/as participantes que responderam que não, todos eram homens. Sobre o amparo às mulheres no que tange à licença maternidade, a maioria dos/as entrevistados/as se manifestou positivamente: Eu acho que as mulheres grávidas estão bem amparadas (LUNA, aluna do 2º período do curso de Odontologia); Eu acredito que sim, porque a gente vê muitas mulheres que ficaram grávidas na faculdade e depois voltaram (JUDITH, aluna do 4º período do curso de Direito); Acho que faculdade dá um bom suporte para as mulheres grávidas (LEÓ, aluno do 6º período do curso de Ciências da Computação); Eu acredito que sim (...) eu pude presenciar uma menina que esteve grávida. Ela ficou grávida num período, no período seguinte ela ficou em casa e depois ela retornou aos estudos (GREGÓRIO, aluno do 8º período do curso de Educação Física).

Sobre a importância que as mulheres tiveram em suas vidas e construções enquanto sujeitos, foi perguntado se havia alguma mulher em suas vidas que os/as tenha inspirado de alguma forma, servido de exemplo para eles/as; 99% responderam afirmativamente. Inicialmente, uma das entrevistadas relatou se sentir privilegiada pelo simples fato de poder estudar e lembrou-se das experiências de mulheres de sua família em tempos atrás: Eu me sinto muito privilegiada. Pois vejo como era na época dos meus pais e da minha avó. As mulheres não podiam estudar, os pais não deixavam as mulheres estudarem. As mulheres tinham que ser boas donas de casa, ter um marido e ter filhos (LUNA, aluna do

2º período do curso de Odontologia).

Por último, ao serem questionados/as se participariam caso existisse algum coletivo com debates no UNIFAGOC com pautas feministas, 85% disseram que sim e 14%, que não. Sobre isso, uma das entrevistadas reconheceu a importância desse tipo de luta e iniciativa: Sim, acho que seria muito bom. Acho que nossa unidade leva a informação. Para as mulheres, acho que isso é extremamente importante, porque por mais que a gente.... Que tenha pensamentos sobre isso, tem muita coisa enraizada (JUDITH, aluna do 4º período de Direito). Outra aluna disse que já havia participado de uma iniciativa dessa natureza na faculdade e que participaria também de outras: Eu já participei do projeto de extensão de um professor com a leitura de um texto feminista, mas depois virou um grupo de apoio, abusos e violências domésticas. Ficou um pouco pesado, então parei de participar (...) Sim!! Participaria e participei (ANA, aluna do 8º período do curso de Psicologia).

CONCLUSÃO

Os dados analisados revelaram que, apesar de as mulheres serem a maioria em muitos cursos de graduação, elas ainda enfrentam, no próprio contexto universitário, situações de preconceito e violência. Tal aspecto se evidenciou já na própria escolha do curso, já que 33% afirmaram que haviam sofrido algum tipo de preconceito por parte de suas famílias, amigos/as ou namorados/as em função dessa escolha. A desigualdade entre homens e mulheres foi apontada como existente, o que reforça a necessidade de incentivar as lutas feministas em busca de direitos e espaço social.

Sobre o sexismo ou atitude discriminatória fundamentada no gênero, os/as alunos/as entrevistados/as relataram ter disso excluídos durante a realização de trabalhos em grupo na sala de aula ou mesmo presenciado situações de violência e discriminação de gênero em brincadeiras e piadinhas. Situações específicas de discriminação pelo simples fato de ser mulher também foram observadas, seja ignorando seu lugar na fila ou seu próprio ponto de vista/opinião acerca de um dado assunto. Outra situação observada foi o processo de exclusão das pessoas homossexuais, que são desvalorizadas por sua orientação sexual e tornam-se alvo de piadas machistas no contexto universitário investigado.

Sobre a importância que as mulheres tiveram em suas vidas e construções enquanto sujeitos, 99% disseram que havia mulheres nas quais se inspiravam. Muitos/as reconheceram as histórias de luta de suas mães e avós, o que teria garantido que hoje elas pudessem estudar. Ao serem questionados/as se participariam de algum coletivo com debates e pautas feministas no UNIFAGOC, 85% disseram que sim, além de reconhecerem a importância da luta das mulheres no contexto universitário. Constatou-se, por fim, que as mulheres estão cada vez mais engajadas em suas escolhas e decididas a compreender as reflexões que as cercam, com destaque para a importância da participação feminina

no ambiente acadêmico, por ainda não estarem representadas de forma igualitária em todos os cursos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme Assis de; ZAPATER, Maíra Cardoso. Direito à igualdade e formas de discriminação contra a mulher. In: FERRAZ, Carolina Valença *et al.* **Manual dos direitos da mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BARRETO, Andreia (Org.). A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. Rio de Janeiro. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- BEZERRA, Juliana. **O feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/amp/](https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/). Acesso em: 07 abr. 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Indicadores IBGE principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas**, 2017. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/indicadores/trabalho/rendimento/pme-nova/retrospectiva 2003-2013](http://www.ibge.gov.br/home/indicadores/trabalho/rendimento/pme-nova/retrospectiva-2003-2013). Acesso em: 25 abr. 2020.
- CALLIGARIS, Contardo; HOMEM, Maria. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminino. São Paulo: Contexto, 2019.
- CLUBE DO BORDADO, 2018. **O Clube do Bordado tem a missão de valorizar e promover a cultura do feito à mão desde 2013**. Disponível em: <https://oclubedobordado.com.br/>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- CRUZ, Maria Helena Santana. Dimensões do feminismo em Sergipe. **Cadernos Feministas de Economia & Política**, n. 3, p.141-164, 2006.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GALVÃO, Juliana de Castro. Desigualdade salarial entre homens e mulheres. **Revista Politize**, 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres>. Acesso em: 17 set. 2020.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1984.
- INEP. **Dados sobre o Censo da Educação Superior**, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e saúde**. São Paulo: Artes Médicas, 2009.
- LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIERS, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARINHO, Nailda. **Jovem cientista do nosso estado**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

(UniRio), 2014. Disponível: <http://www.paperj.br/?id=2748.2.6>. Acesso em: 14 jun. 2020.
MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito “nas ondas” do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, Brasília, v. 4, n. 1, abr. 2015.

MELO, Hildete Pereira. **Gênero e pobreza no Brasil**: relatório final do projeto Governabilidad Democratica de Género em America Latina y el Caribe. Brasília CEPAL/SPM, 2005.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 34, n. 12, p. 115-136, 2010.

QUEIROZ, D. M. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. UFBA, 2013.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poésis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercuções no direito brasileiro. **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI**, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KCn0zXsfz34&t=522s>. Acesso em: 06 abr. 2020.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo**. Edição 1993.

VELASCO, Clara; OLIVEIRA, Leandro. Número de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias Legislativas. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nasassembleias.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2020.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 207-266, jul-dez. 1995.